

Um guia sobre a comunidade LGBTQIA+



Contexto histórico do movimento LGBTQIA+ no Brasil

O Movimento LGBT é uma iniciativa multifacetada e diversificada, composta por uma ampla gama de indivíduos e práticas. Seu objetivo principal é influenciar a cultura, garantir e expandir direitos, e enfrentar a violência decorrente da discriminação e do ódio direcionados àqueles que desafiam as normas dominantes de gênero e sexualidade, historicamente enraizadas na sociedade. Do mesmo modo, é preciso reconhecer que há uma crescente politização das identidades sexuais e de gênero em diversos âmbitos da sociedade, incluindo a mídia, um importante gerador de visibilidade.

O campo discursivo do Movimento LGBT é um conceito em constante evolução e sujeito a disputas tanto no ativismo quanto na academia e principalmente no campo de políticas públicas.

A criação de uma política pública requer dois elementos essenciais: a intenção pública e a resposta a um problema socialmente relevante. As políticas desempenham um papel crucial na perpetuação ou na superação das opressões de gênero e sexualidade. Por um lado, podem reforçar as desigualdades ao buscar atender necessidades supostamente universais, negligenciando demandas específicas de grupos da população. Por outro lado, podem contribuir para a redução dessas desigualdades ao priorizarem os direitos sexuais e reprodutivos na agenda governamental, por meio da formulação e implementação de programas e ações direcionados a esse fim.

Fases do movimento no Brasil

1ª Fase do Movimento LGBTQIA+ (1978-1983)

- É marcado pela sua emergência, inicialmente denominado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), através do grupo Somos e do jornal Lampião da Esquina, na cidade do Rio de Janeiro.
- A luta pela conscientização sobre a homossexualidade ocorreu paralelamente à resistência à ditadura.
- Aspecto terapêutico, em que os grupos da época buscavam criar espaços de diálogo onde os ativistas podiam compartilhar experiências de desigualdade, gerando um senso de solidariedade e reconhecimento dos desafios comuns.
- Formou-se o primeiro grupo de lésbicas a partir de uma divisão do Somos em São Paulo. Surgiu também o Grupo Gay da Bahia (GGB), que foi o primeiro grupo a se formalizar como uma Organização Não-Governamental (ONG) e a apresentar demandas do Nordeste brasileiro."

2ª Fase do Movimento LGBTQIA+ (1984-1992)

- A segunda fase do Movimento LGBT (1984-1992) pode ser atribuída ao surgimento da epidemia de HIV/AIDS, o que resultou na diminuição do número de grupos. Muitos ativistas da causa homossexual migraram para combater a epidemia, buscando respostas governamentais para a doença.
- O fim da ditadura, considerado o inimigo comum, diluiu o caráter comunitário e ativista prevaente nos anos anteriores. Durante esse período, o Grupo Gay da Bahia liderou uma campanha nacional pela retirada da homossexualidade da lista de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS), conhecida como despatologização.

3ª Fase do Movimento LGBTQIA+ (1992-2005)

- Foi caracterizada pelo aumento no número de ONGs e grupos com diversos formatos em todo o país.
- A saúde, com foco no HIV/AIDS, tornou-se a principal pauta de política pública, que mais tarde, durante o segundo governo de Lula (2007-2010), evoluiu para políticas de direitos humanos e cidadania, com a implementação de políticas afirmativas e participativas.
- Outras identidades, como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, ganharam maior destaque e suas agendas foram incluídas no Movimento LGBT.
- Surgiram grandes redes nacionais que congregavam dezenas de organizações locais e de base, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Rede Afro LGBT, entre outras;
- Aumento da visibilidade na sociedade e na mídia por meio das Paradas do Orgulho LGBT.

4ª Fase do Movimento LGBTQIA+

- Podemos pensar na ideia de uma possível 'quarta onda' no Movimento LGBT, caracterizada pelo deslocamento de ativistas para o âmbito estatal, onde estão envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas, o que tem gerado novos desafios políticos e teóricos.
- Observamos nesta suposta 'quarta onda' o ressurgimento de grupos não institucionalizados focados em iniciativas de natureza lúdico-cultural. Outra característica desse período é a mudança de foco do ativismo, que passa de questões relacionadas às DST/AIDS para pautas mais amplas, como direitos humanos, cidadania, violência, educação e cultura.

Linha do tempo

Nas primeiras duas décadas do século XXI no Brasil houve uma ampliação das políticas públicas para a população LGBT. Apresentamos uma linha do tempo que traça a trajetória dessas políticas em âmbito nacional, procurando ilustrar seu desenvolvimento no país.

1990 - OMS retira a homossexualidade do rol de doenças.

2008 - SUS passa a oferecer cirurgia de redesignação de sexual para pessoas trans, projeto de decreto legislativo nº 1.050, de 2008.

2010 - SUS garante o uso do nome social no sistema público de saúde, Portaria nº 233, de 2010.

2014 - STF entende que o elemento diferenciador da Lei 11.340/06 é o gênero feminino, o qual nem sempre coincide com o sexo biológico, assim é permitida a aplicação da lei maria da penha às situações de violência doméstica e familiar sofridas por mulheres transexuais e travestis.

2013 - CNJ aprovou a resolução 175, que legaliza o casamento homoafetivo no Brasil e impede que cartórios de todo país se recuse a converter uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo em casamento, ou a celebrá-los.

2011 - STF reconhece a união estável de pessoas do mesmo sexo.

2018 - STF decide que pessoas trans têm o direito de alteração do nome e sexo no registro civil, sem que se submetam a cirurgias ou tratamentos invasivos.

2018 - OMS exclui o CID (F-64), transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais.

2018 - OMS exclui o CID (F-64), transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais.

2020 - Homens gays, bissexuais e mulheres trans ganham o direito de poder doar sangue, seguindo as mesmas orientações para a população geral.

2019 - STF criminaliza a homofobia e a transfobia, enquadrado na Lei do racismo 7.716/1989.

LGBTQIA+: Você sabe o que essa sigla significa?



L

Lésbica

Mulher (cis ou trans) que sente atração sexual e/ou romântica por outras mulheres (cis ou trans).

Gay

Homem (cis ou trans) que sente atração sexual e/ou romântica por outros homens (cis ou trans).

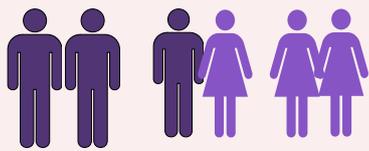
G



B

Bissexual

Pessoa que sente atração sexual e/ou romântica por mais de um gênero.



T

Pessoas Trans e Travestis

Pessoa trans é a que não se identifica com o gênero designado no seu nascimento.

Podem ser homens trans, mulheres trans, as travestis e pessoas trans não binárias.

Travesti é uma pessoa que foi designada com o gênero masculino ao nascer, mas se identifica com o feminino, sem necessariamente se identificar com a categoria mulher. Por

isso, os pronomes a serem utilizados e respeitados são os femininos.

LGBTQIA+: Você sabe o que essa sigla significa?

Intersexo

Pessoas que nascem com características corporais que podem ser órgãos sexuais, padrão cromossômico, alterações hormonais e/ou, em menor número, ambiguidades sexuais que não condizem com o padrão convencional.



Se direciona às diversas identidades e identificações que estão relacionadas a essa população tão diversa, incluindo outras identidades de gênero, sexualidades e expressões de gênero. Exemplos: pessoas queer, agênero, não binárias, assexuais, pansexuais, dentre outras.

A letra 'Q' em branco dentro de um círculo roxo escuro, parte de uma sequência vertical de elementos decorativos.

Queer

Pessoas que transitam entre os espectros de gênero. A teoria queer defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultado da funcionalidade biológica, mas de uma construção social.

A letra 'I' em branco dentro de um círculo roxo escuro, parte de uma sequência vertical de elementos decorativos.

A letra 'A' em branco dentro de um círculo roxo escuro, parte de uma sequência vertical de elementos decorativos.

Assexual

Pessoas assexuais não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero. Existem diferentes níveis de assexualidade e é comum essas pessoas não verem as relações sexuais humanas como prioridade.

Um símbolo de adição (+) branco dentro de um círculo roxo escuro, parte de uma sequência vertical de elementos decorativos.

MICRO AGRESSÕES



O termo “microagressões” foi cunhado pelo psiquiatra de Harvard **Chester M. Pierce**, nos anos 1970, para descrever as maneiras sutis e cotidianas pelas quais as pessoas negras sofreram discriminação de seus colegas brancos. Hoje em dia ela descreve discriminações sutis que diferentes grupos minorizados sofrem. Se refere a comentários, perguntas e pequenas ações hostis que questionam ou desqualificam, de maneira velada e rotineira, pessoas ou grupos sociais.

Veja abaixo algumas **sugestões de etiqueta** para evitar incorrer em microagressões em relação à comunidade LGBTQIA+:

 O que não falar	 Substituir por
Qual sua opção sexual?	O correto é “orientação sexual”
Expor o nome antigo (nome morto) de uma pessoa trans	Pergunte o nome da pessoa e se refira à ela pelo nome informado
Usar o termo “Parada gay”	O termo correto é “Parada LGBTQIA+”, pois o evento é de comemoração da comunidade LGBTQIA+, uma manifestação da diversidade





O que não falar

Perguntar para todos do time quando irão ou se irão se casar, menos para a pessoa que faz parte da comunidade LGBTQIA+



Existe indígena gay? Que exótico



Substituir por

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que casais do mesmo sexo tem o direito ao casamento civil e à conversão de união estável em civil

No ano de 1614, um nativo tupinambá encontrou seu fim, com o consentimento de missionários católicos no Brasil, devido à sua sexualidade. Este indivíduo, conhecido como Tibira do Maranhão - em que 'tibira' é uma expressão indígena que se refere a um homossexual -, tem seu caso marcado como o primeiro incidente de morte por homofobia documentado no Brasil. Atualmente, ativistas do movimento LGBT lutam para que Tibira seja reconhecido como um mártir e se empenham em disseminar sua história

Fontes

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

PEREIRA, C. F. Notas sobre la historia de la política pública de derechos humanos LGBT en Brasil. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, 2016.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

COSTA, Rodrigo. Como funciona o Casamento Homoafetivo no Brasil?. Jusbrasil. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [link](#).

BARBOSA, Joaquim. Resolução 175/13. Conselho Nacional de Justiça. Brasília, 2013. Disponível em: [link](#).